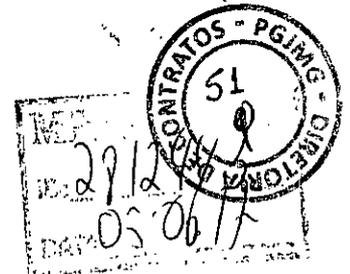




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Cadastro: 007313



CONVÊNIO Nº 029/2017

**CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, COM A INTERVENIÊNCIA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AIURUOCA, E O MUNICÍPIO DE AIURUOCA, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, nº 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representado pelo **Procurador-Geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet**, doravante denominada **PROCURADORIA**, com a interveniência da **Promotoria de Justiça da Comarca de AIURUOCA**, neste ato representada por seu titular, **Promotor de Justiça Wilson da Silveira Campos**, doravante denominada **PROMOTORIA DE JUSTIÇA**, e o **MUNICÍPIO DE AIURUOCA**, por intermédio de sua Prefeitura Municipal, com sede na Alameda José Waldemar Nunes nº 15, Bairro Centro, em Aiuruoca/MG, CEP 37.450-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.008.896/0001-10, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Senador**, portador da Carteira de Identidade nº. MG 10.171.174, SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 213.294.356-72, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 2.144/03, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE MG  
13:12 05/06/2017 009222/ PROTOCOLO-GERAL T1-330-845

### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente convênio tem por objeto estabelecer condições de cooperação mútua visando à cessão de servidor público municipal, com ônus para o Município, para prestar serviços na Promotoria de Justiça da Comarca de Aiuruoca, a fim de aperfeiçoar a prestação do serviço público e assim contribuir para a proteção da coletividade e do bem-estar social.

### CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações dos Partícipes

#### 2.1. Cabe ao Município:

- a) disponibilizar servidor efetivo à Promotoria de Justiça local;



- b) orientar o servidor a ser cedido, antes do início do exercício de suas funções no órgão cessionário, com relação ao cumprimento dos regulamentos internos da **Procuradoria**;
- c) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento da remuneração do servidor cedido, e de qualquer outra vantagem ou acréscimo legal que porventura integre seu vencimento;
- d) responsabilizar-se pelos encargos advindos do regime jurídico da municipalidade, bem como por qualquer outro débito de natureza trabalhista, tributária ou previdenciária decorrente do vínculo jurídico com o servidor cedido;
- e) providenciar a substituição de servidor cedido, quando solicitado pela **Promotoria de Justiça**;
- f) informar a **Procuradoria** da promulgação de normas que alterem ou revoguem a legislação municipal referente a convênios, ao regime jurídico e à cessão de servidores, fornecendo-lhe cópia física da norma logo após sua publicação;
- g) garantir ao servidor cedido todos os direitos assegurados por lei, comunicando à **Procuradoria** qualquer alteração que repercuta na prestação dos serviços;
- h) manter, durante a vigência do convênio, as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para sua assinatura no tocante às contribuições previdenciárias, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (CNDT), apresentado-as à **Procuradoria** sempre que estiver vencida a validade das correspondentes certidões ou quando solicitado.

## 2.2. Cabe à **Procuradoria/PJ**:

- a) solicitar formalmente a disponibilização de servidor municipal;
- b) lotar o servidor cedido exclusivamente na Promotoria de Justiça;
- c) cientificar o servidor a ser cedido da restrição ao exercício da advocacia, a que alude o artigo 7º da Lei Estadual nº 16.180/2006;
- d) fazer constar, em arquivo próprio, os dados qualificativos e as informações funcionais do servidor cedido;
- e) estabelecer o horário de trabalho do servidor cedido, observada a jornada prevista na legislação municipal, zelando para que não haja cumprimento de jornada de trabalho superior ou inferior àquela estabelecida no órgão cedente;
- f) efetuar o controle de frequência do servidor cedido, registrando na folha respectiva as faltas, ausências, licença-saúde, férias ou qualquer outra ocorrência correlata;
- g) remeter mensalmente ao **Município** a folha de frequência do servidor cedido;
- h) solicitar formalmente a substituição de servidor cedido;



- i) comunicar imediatamente ao **Município** as faltas de natureza disciplinar cometidas pelo servidor durante o exercício funcional;
- j) prestar ao **Município** esclarecimentos correlacionados ao objeto do presente instrumento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – Das Vedações

3.1. É vedado ao **Município** disponibilizar servidor que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução CNMP nº 37, de 28 de abril de 2009.

3.2. É vedado ao **servidor cedido**:

- a) o exercício da advocacia e das atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais, em qualquer Comarca do Estado de Minas Gerais, enquanto prestar serviços ao Ministério Público, nos termos da Resolução PGJ nº 99/2004;
- b) a execução de serviços ou prática de atos que sejam incompatíveis com as atribuições legais do cargo ocupado.

### CLÁUSULA QUARTA – Dos Recursos Humanos e da Fiscalização

4.1. Os servidores cedidos à **Procuradoria** em cumprimento do objeto deste convênio não sofrerão alterações na sua vinculação estatutária com o **Município**.

4.2. O acompanhamento e a fiscalização do presente convênio será realizado pelo titular da Promotoria de Justiça onde estiver lotado o servidor cedido, ou por servidor por ele indicado, cabendo ao fiscal zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas deste instrumento.

### CLÁUSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária Municipal

As despesas decorrentes da execução deste convênio correrão à conta da dotação orçamentária municipal nº. 02-02.061-02.061.002 e suas equivalentes nos exercícios seguintes.

### CLÁUSULA SEXTA – Da Vigência

O presente convênio terá vigência a partir de sua assinatura e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado se houver interesse dos convenentes.

### CLÁUSULA SÉTIMA – Da Convalidação

Fica convalidada a cessão efetivada no período compreendido entre 02/01/2017 e a data de assinatura deste instrumento, sendo de exclusiva



responsabilidade do **Município** o ônus de pagamento da remuneração e dos demais encargos correlatos à cessão do servidor.

#### **CLÁUSULA OITAVA – Das Modificações e das Adesões**

Este convênio poderá ser modificado a qualquer tempo, também para incluir novos partícipes ou intervenientes que atendam às exigências legais para a contratação com a Administração Pública, desde que com a anuência de ambos os partícipes, por meio de termo aditivo, com publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais.

#### **CLÁUSULA NONA – Da Denúncia e da Resilição**

Os partícipes poderão resilir este convênio a qualquer tempo, por meio do ato de denúncia com comunicação escrita ao outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e formalização do respectivo termo de extinção, ou por comum acordo dos partícipes para desfazimento do vínculo, bem como rescindi-lo no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições, sem prejuízo do trâmite regular dos trabalhos em curso na vigência deste termo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Documentos Integrantes**

Integram o presente convênio, independentemente de transcrição, para todos os efeitos, a legislação municipal que autoriza a cessão de servidor municipal ao Ministério Público, bem como as normas jurídicas que venham a regulamentá-la, alterá-la ou revogá-la, além do plano de trabalho consubstanciado no anexo único deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro**

É competente o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir as questões oriundas deste convênio.

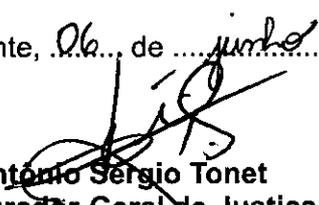
#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Publicação**

Este convênio será publicado pela **Procuradoria** no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Assim ajustados, os partícipes celebram o presente convênio, em **três vias** de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2017.

Procuradoria:

  
Antônio Sérgio Tonet  
Procurador-Geral de Justiça





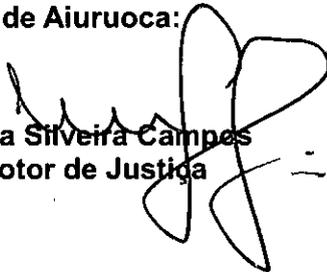




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Promotoria de Justiça da Comarca de Aiuruoca:

  
Wilson da Silveira Campos  
Promotor de Justiça

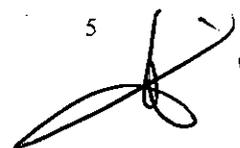
Município:

  
Paulo Roberto Senador  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

1) Rita de Cássia Lopes  
Siqueira

2) Aucilene  
CPF: 544.042.406-78

5  




## ANEXO ÚNICO

### PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO Nº 029/2017

#### 1- OBJETO

##### 1.1 - Identificação do Objeto

O presente convênio tem por objeto estabelecer condições de cooperação mútua para cessão de servidor público municipal, com ônus para o Município, a fim de aperfeiçoar a prestação do serviço público e assim contribuir para a proteção da coletividade e do bem-estar social.

##### 1.2 – Legislação Aplicável

O presente convênio fundamenta-se na Lei Municipal nº 2144/03, que autoriza a cessão de servidor municipal e a celebração de convênio.

##### 1.3 – Da Execução do Objeto

Para a execução do objeto deste convênio, o **Município** cederá à **Procuradoria** a servidora abaixo relacionada, que prestará serviços exclusivamente na Promotoria de Justiça da Comarca de Aiuruoca/MG:

Servidor	Cargo	CPF	RG
EDIMARA APARECIDA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	051.417.126-05	MG-12.209.651

#### 2 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

##### 2.1– Metas

Dar apoio às atividades desenvolvidas pela Promotoria de Justiça, aperfeiçoando, assim, a prestação dos serviços e contribuindo para a preservação da ordem pública.

##### 2.2– Fases

a) Apresentação prévia dos seguintes documentos, para fins de análise da Promotoria de Justiça acerca da compatibilidade entre as atribuições exercidas pelo servidor no órgão cedente e aquelas que serão exercidas na Promotoria para qual está será cedido:

- I. cópia do termo de posse;
- II. declaração funcional do órgão cedente, na qual seja informado o cargo ocupado pelo servidor a ser cedido, o nível de escolaridade, as atribuições e a natureza do vínculo jurídico;
- III. cópia de documento de identidade (RG, CNH, etc.);
- IV. número de CPF/MF;
- V. comprovante de endereço residencial



- b) Disponibilização pelo Município de servidor efetivo para desempenho de suas funções na Promotoria de Justiça;
- c) Comunicação do nome do membro ou indicação, se for o caso, de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução do presente instrumento;
- d) Registro da data de início e de encerramento do exercício das atribuições do servidor cedido, em arquivo próprio da Promotoria de Justiça, e comunicação dessas informações à Superintendência de Recursos Humanos da **Procuradoria**, por correspondência eletrônica (e-mail: [srh@mpmg.mp.br](mailto:srh@mpmg.mp.br)) ou por ofício;
- e) Custeio, pelo Município, das despesas com a disponibilização do servidor cedido;
- f) Realização do controle de frequência do servidor cedido pela Promotoria de Justiça, com o registro dos eventos relativos à atividade funcional;
- g) Encaminhamento mensal da folha de frequência ao Município para as providências cabíveis, mantendo-se cópia em arquivo da Promotoria de Justiça;
- h) Comunicação imediata à Superintendência Administrativa da Procuradoria, por correspondência eletrônica (e-mail: [sad@mpmg.mp.br](mailto:sad@mpmg.mp.br)), de qualquer alteração na execução da avença que possa gerar modificações em suas cláusulas e condições, como no que tange à modificação do quadro de servidores cedidos;
- i) Solicitação formal de substituição de servidor público municipal cedido, se necessário.

### 3 – PLANO DE APLICAÇÃO

O **Município** arcará mensalmente com as despesas decorrentes da execução deste convênio.

### 4 – PERÍODO DE EXECUÇÃO

O convênio terá vigência a partir de sua assinatura e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado se houver interesse dos convenientes.